

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1007889-51.2014.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Ordinário - Responsabilidade do Fornecedor
Requerente:	ANGELA MARIA GIL
Requerido:	Banco Itaucard S/A

Justiça Gratuita

ANGELA MARIA GIL ajuizou ação contra BANCO ITAUCARD S/A, pedindo seja o réu instado a cancelar gravame incidente sobre registro de propriedade de veículo, em contrato de financiamento, porque quitado o respectivo montante. Pediu também a condenação ao pagamento de indenização por dano moral, haja vista o constrangimento causado e o tempo que fez perder.

Indeferiu-se o adiantamento da tutela jurisdicional.

Citado, o réu contestou o pedido, afirmando a inexistência de prova da quitação da parcela contratual então pendente e a inexistência de dano moral indenizável.

Manifestou-se a autora, insistindo nos termos do pedido inicial.

Juntou documento novo, do qual se deu ciência ao réu.

É o relatório.

Fundamento e decido.

As partes transigiram em processo judicial anterior, em cujo instrumento a autora assumiu a obrigação de pagar uma prestação do valor de R\$ 1.137,34 até o dia 29 de maio de 2014 (v. Fls. 30). Aquele processo foi extinto, embora sem comprovação de tal pagamento, pois o réu não se manifestou a respeito e a autora não exibiu comprovante (fls. 36/37).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Pretende-se por intermédio da atual ação o cancelamento do ônus pendente sobre o veículo, decorrente do contrato de financiamento.

A autora alegou a quitação dessa parcela, de R\$ 1.137,34, mas não exibiu comprovante com a petição inicial, o que acarretou o indeferimento da tutela de urgência. Incompreensivelmente demorei para apresentar o documento, mas enfim apresentou (fls. 115/116) e tal demora não absolve o réu, do dever de cumprir a obrigação ou, para dizer mais simplesmente, de admitir a exclusão do gravame perante o órgão de trânsito. É acintosa até, sua alegação a fls. 120, de descabimento da exibição da prova neste momento processual.

Não havendo mais dúvida alguma a respeito do pagamento, cumpre excluir a restrição e pode-se fazê-lo desde logo, em antecipação da tutela, à falta de controvérsia e de prejuízo para o réu. Basta expedir-se comando eletrônico ou ofício judicial.

Poderia a autora ter efetuado tal pedido nos mesmos autos daquele processo anterior, demonstrando o pagamento e pedindo a baixa do gravame. Não havia sequer necessidade do ajuizamento de nova ação. No entanto, esse impasse, por si só, não induz constrangimento moral passível de indenização.

Quitado o contrato, incumbia ao réu emitir documento de quitação, à vista do qual a autora promoveria o cancelamento administrativo. Mas a demora na obtenção não justifica o deferimento de verba indenizatória por dano moral, porquanto se vislumbra na espécie mero aborrecimento e a necessidade de recorrer à via judicial, para acerto de uma relação jurídica.

O inadimplemento contratual somente induziria verba indenizatória por dano moral se seus efeitos, por sua natureza ou gravidade, ultrapassassem o aborrecimento normal e repercutissem na esfera da dignidade da pessoa humana. A não ser assim, ter-se-ia a conclusão de que todo e qualquer inadimplemento contratual acarretaria dano moral indenizável. Não é assim.

Fácil concluir que a inadimplência contratual por uma das partes pode trazer aborrecimentos ao outro contratante, mas esse dissabor pode afetar qualquer cidadão em decorrência da complexidade da vida em sociedade, consoante refletiu o ilustre Desembargador Ruy Coppola, do TJSP, no Recurso de Apelação 0081309-57.2011.8.26.0002, j. 30.01/2014, com os seguintes acréscimos

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

jurisprudenciais:

O inadimplemento de contrato, por si só, não acarreta dano moral, que pressupõe ofensa anormal à personalidade. É certo que a inobservância de cláusulas contratuais pode gerar frustração na parte inocente, mas não se apresenta como suficiente para produzir dano na esfera íntima do indivíduo, até porque o descumprimento de obrigações contratuais não é de todo imprevisível (REsp 876.527/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, 4ª Turma, julgado em 01/04/2008, DJe 28/04/2008).

CIVIL. DANO MORAL. O inadimplemento contratual implica a obrigação de indenizar os danos patrimoniais; não, danos morais, cujo reconhecimento implica mais do que os dissabores de um negócio frustrado. Recurso especial não conhecido" (REsp 201.414/PA, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, Rel. p/ Acórdão Ministro ARI PARGENDLER, 3ª Turma, julgado em 20/06/2000, DJ 05/02/2001, p. 100).

Em suma, indevida indenização por dano moral na espécie.

Diante do exposto, acolho em parte o pedido e decreto o cancelamento do gravame pendente sobre o veículo, perante o órgão de trânsito, emitindo-se comando eletrônico ou ofício judicial, o que determino se faça desde logo, por consequência do adiantamento da tutela jurisdicional. Mas rejeito o pedido indenizatório por dano moral.

Responderão as partes pelos honorários de seus patronos e pelas custas processuais em igualdade, observando-se quanto à autora o disposto na Lei 1.060/50, artigo 12.

P.R.I.C.

São Carlos, 18 de abril de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA